



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS - CAMPUS – VII  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**VICTOR DE MEDEIROS ARAÚJO**

**A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA- PB SOB A  
VISÃO DO ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DA FIRJAN (IFGF)**

**PATOS-PB  
2022**

VICTOR DE MEDEIROS ARAUJO

**A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA- PB SOB A VISÃO  
DO ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DA FIRJAN(IFGF)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Administração.

**Orientador:** Prof. Ma. Erika Campos Marinho de Góes Pires

**PATOS  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663a Araújo, Victor de Medeiros.  
A administração pública do município de Várzea - PB sob a visão do índice de gestão fiscal da Firjan (IFGF) [manuscrito] / Victor de Medeiros Araújo. - 2022.  
27 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2022.  
"Orientação : Profa. Ma. Erika Campos Marinho de Góes Pires, Coordenação do Curso de Administração - CCEA."

1. Administração pública. 2. Desenvolvimento regional. 3. Autonomia administrativa. 4. Índice de gestão fiscal. I. Título  
21. ed. CDD 351

VICTOR DE MEDEIROS ARAUJO

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA- PB SOB A VISÃO DO  
ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DA FIRJAN(IFGF)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado a Coordenação do Curso de  
Graduação em Administração da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharelado em Administração.

Aprovada em: 20/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Erika Campos de Góes Pires

Prof. Ma. Erika Campos Marinho de Góes Pires (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dayane Renaly Lopes de Oliveira

Prof. Ma. Dayane Renaly Lopes de Oliveira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Angélica Catarine da Mota Araújo

Profa. Ma. Angélica Catarine da Mota Araújo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha família e meus amigos, pela  
motivação, companheirismo e amizade,  
DEDICO.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Pontuação do IFDM .....	14
Figura 2 - Pontuação do IFGF .....	14
Quadro 1 - INDICADORES DO IFGF .....	15
Gráfico 1 - IFGF Autonomia- Várzea-PB.....	17
Gráfico 2 - IFGF Gastos com Pessoal - Várzea-PB .....	18
Gráfico 3 - IFGF Liquidez - Várzea-PB .....	19
Gráfico 4 - IFGF Investimento- Várzea-PB .....	20
Quadro 2 - INDICADORES DO IFDM .....	20
Gráfico 5 - IFDM Emprego e Renda- Várzea-PB .....	22
Gráfico 6 - IFDM Educação- Várzea-PB .....	23
Gráfico 7 - IFDM Saúde- Várzea-PB .....	24

## SUMÁRIO

---

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	A Administração Pública na Perspectiva das Esferas de Governanças	11
2.2	Desenvolvimento Regional e o Papel do Município na Perspectiva Administrativa e Financeira	12
2.3	Metodologias dos índices de gestão fiscal e de desenvolvimento municipal da Firjan	13
3	METODOLOGIA	14
3.1	Área de Estudo	15
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	
4.1	Apresentação das dimensões do IFGF do município - autonomia, gastos com pessoal, investimento e liquidez	15
4.1.1	Indicadores	16
	IFGF Autonomia	16
	IFGF Gastos com Pessoal	17
	IFGF Liquidez	18
	IFGF Investimentos	19
4.2	Associação entre o IFGF e IDFM do Município de Várzea- PB	20
4.2.1	Indicadores	21
	IDFM Emprego e Renda	21
	Emprego	21
	Renda	21
	IDFM Educação	22
	IDFM Saúde	23
5	Considerações Finais	25

---

## A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA- PB SOB A VISÃO DO ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DA FIRJAN (IFGF)

Victor de Medeiros Araujo<sup>1\*</sup>  
Erika Campos Marinho de Góes Pires<sup>2\*\*</sup>

### RESUMO

O presente artigo discute as consequências sociais, políticas e financeiras sob a ótica da autonomia administrativa proporcionada pela criação dos municípios abarcada pela Constituição Federal de 1988, tendo como estudo de caso o município de Várzea- PB, localizado na mesorregião paraibana da Borborema. Para realização do trabalho, a pesquisa se baseou nos indicadores fiscais da Firjan (IFGF) e correlacionando com os indicadores de desenvolvimento municipal (IFDM). Perante o exposto, o objetivo geral da pesquisa é avaliar a gestão fiscal do município sob a perspectiva do indicador gestão fiscal da Firjan (IFGF) para compreender os níveis de desenvolvimento econômicos e sociais alcançados pelo o município estudado'. Para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, fazendo coleta de dados e correlacionando com os dados secundários pesquisados no banco de dados da Firjan, juntamente com a bibliografia para compreender os fenômenos sociais que os municípios proporcionam no desenvolvimento de uma região. Os indicadores mostraram como a falta de política voltada para o desenvolvimento local assim como as desigualdades regionais expôs índices críticos nos indicadores fiscais e de desenvolvimento municipal, desta forma, o trabalho evidencia a falta de políticas eficientes aliada com uma gestão responsável para fomentar o desenvolvimento e alavancar as atividades econômicas locais.

**Palavras-chave:** Administração Pública, Descentralização, Autonomia.

### ABSTRACT

This article discusses the social, political and financial consequences from the perspective of administrative autonomy managed by the creation of municipalities covered by the Federal Constitution of 1988, having as a case study the municipality of Várzea-PB, located in the Borborema mesoregion of Paraíba. To carry out the work, the research was based on Firjan fiscal indicators (IFGF) and correlating with municipal development indicators (IFDM). In view of this, the general research is an assessment of fiscal management from the perspective of the Firjan (IFGF) to include the municipalities of social development and reserved for the municipalities studied. For the development, the development with a qualitative approach was used, collecting data and correlating with Firjan's data from a survey to understand the working data of a bibliography of social phenomena that according to the municipalities provide no research. a region. for the development of policies for the development of local references for the development of policies for the development of failures and for

---

<sup>1\*</sup> Graduando em Administração. Email- victor.araujo@aluno.uepb.edu.br.

<sup>2\*\*</sup> Professora de Administração do Campus VII da Universidade Estadual da Paraíba.



the development of policies for the development of local problems, in this way leverage as activities

**Keywords:** Public Administration, Decentralization, Autonomy,

## 1 INTRODUÇÃO

A constituição de 1988 trouxe entre outros efeitos a reestruturação do federalismo que, em sua carta magna, reconhece os municípios como entes federativos, ao mesmo passo da União e dos estados-membros que o compõem. Essa característica é um marco importante, pois rompia naquele momento com o regime autoritário, trazia um papel relevante e abarcava competências para os municípios. Essa marcha, que ia de contra o antigo regime, visava reestruturação do federalismo e a descentralização administrativa, sendo impulsionados pelo cenário político em virtude de razões políticas com o objetivo de pôr fim ao regime autoritário, promover a Democracia e políticas públicas (DAVID; SANÁBIO; SANTOS, 2013).

Observe-se que nos princípios fundamentais da Constituição de 1988 encontram-se objetivos de interesse nacional como “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Para tal conquista social no Estado democrático brasileiro, portamos o reconhecimento do município como ente federativo, como uma organização político-administrativa, na utilização de sua autonomia como fomentador para alcançar os objetivos fundamentais expostos na constituição após a redemocratização. Entre uma série de funções desempenhadas por entidades públicas, destaca-se a promoção de atividades administrativas, que é a gestão do interesse público por entidades burocráticas. Portanto, no desenvolvimento dos interesses coletivos, a administração pública, neste caso a administração municipal, tem a responsabilidade de promover e estimular o desenvolvimento local (MENDONÇA, 2016; HOLANDA, 2016).

Perante o que foi exposto, é fundamental ressaltar a importância do município na execução de políticas urbanas estabelecidas na constituição e contido juntamente no estatuto das cidades que dispõe da organização de ações que visam o desenvolvimento local, tanto o seu lado humano como o econômico. Ademais, o município é uma engrenagem primordial dentro de um sistema maior, ou seja, ele está inserido na base da organização política e social, sendo o ente federado com maior proximidade da população, possibilitando compromissos diretamente na criação de políticas públicas baseada nas demandas sociais, diretamente ouvida através de conselhos municipais, assembleias democráticas e o contato com os agentes públicos, sejam secretários, vereadores e prefeito.

Portanto, a discussão sobre gestão pública passa por questões relacionadas não somente com os mecanismos internos de gestão, mas, sobretudo, pela entrega dos bens e serviços entregues à sociedade. Existem diversos meios para avaliar a performance da gestão, e, nesse trabalho será usado o Índice Firjan de gestão fiscal (IFGF) para mostrar como os recursos públicos foram geridos com vistas a alcançar resultados que conduzam ao desenvolvimento municipal que pode ser visualizado pelo Índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM). Parte-se da hipótese que bons indicadores de desenvolvimento estão associados a uma boa gestão fiscal, uma vez que os indicadores de desenvolvimento como educação e saúde, por exemplo, são funções administrativas, cuja gestão ocorre no município.

Estudos mostram que apesar dessa hipótese ser plausível, observa-se que a associação entre gestão fiscal e desenvolvimento municipal não é tão forte como se imagina.

Segundo Medeiros, Santos e André (2018) que investigaram o desenvolvimento municipal das microrregiões do estado do Tocantins ao longo dos

anos de 2000 a 2010, observou-se que entre os componentes do IFDM a saúde e a educação se distinguiram, a razão por trás dá-se porque esses indicadores estão intimamente ligados às políticas públicas do governo federal, sendo assim possuindo menor dependência de políticas locais e estaduais, distintivamente, do indicador emprego e renda que está relacionado com o aumento da atividade econômica dos municípios. Na maioria dos casos, o desenvolvimento das pequenas cidades depende das características socioeconômicas de seu entorno. Sistemas e relacionamentos de produção existentes, condições e meios de transporte, acesso ao mercado, disponibilidade de infraestrutura, entre outras coisas, as condições determinam inclusive a possibilidade de desenvolvimento local (ANDRÉ *et al.*, 2020).

Esses estudos são confirmados pelos achados de Varela Martins *et al* (2009) observou que a evolução dos indicadores econômicos e sociais municipais está relacionada aos gastos públicos, principalmente aqueles relacionados aos aspectos sociais e de qualidade de vida.

Em municípios cuja população seja menor que 10 mil habitantes, os recursos arrecadados pelo município não correspondem como fonte principal de receita. Sendo assim, o Fundo de Participação dos Municípios reflete como a principal fonte de recursos para os municípios do Tocantins, reafirmando com a bibliografia, que sinaliza o mesmo resultado para a maioria dos municípios do Brasil (ANDRÉ *et al.*, 2020).

Atualmente, os municípios voltam ao cenário político e discussões acirradas surgem no meio através do Plano Mais Brasil, de 05 de novembro de 2019, lançado pelo presidente Jair Bolsonaro e seu ministro da Economia Paulo Guedes. Onde um dos pontos da reforma é a extinção de municípios cuja população com até 5 mil habitantes e com insustentabilidade financeira.

Diante do contexto do cenário político atual, tendo em vista o papel político e social dos municípios, sua evolução histórica e sua importância na fomentação do desenvolvimento socioeconômico, o presente trabalho tem como problema de pesquisa: Qual o nível de gestão fiscal do município de Várzea? Diante disso, o objetivo geral do trabalho é avaliar a gestão fiscal do município sob a perspectiva do indicador gestão fiscal da Firjan (IFGF). Para alcançar e compreender o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos: a) Apresentar as dimensões do IFGF do município de Várzea-PB; b) Associar o indicador de gestão fiscal (IFGF) com o indicador de desenvolvimento municipal (IFDM) do município.

O presente se justifica pela demanda de compreender a importância do município no desenvolvimento local, seja econômico ou social, considerando como ente autônomo federativo da estrutura administrativa brasileira. Compreender o desenvolvimento municipal através dos seus índices fiscais, para entender como esses indicadores refletem a realidade do município. A pesquisa busca agregar no desenvolvimento da temática, sendo mais uma a contribuir para a literatura e acrescentar na discussão sobre administração pública

Esse trabalho está dividido em quatro partes além dessa introdução. Na seção dois é apresentado a revisão de literatura sobre o tema, na seção três apresenta-se a metodologia, na quarta a apresentação e discussão dos dados e por fim, as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A Administração Pública na Perspectiva das Esferas de Governanças**

Na área administrativa, a divisão de competências confere maior agilidade e eficiência à prestação dos serviços públicos. Com a descentralização do poder político, o caminho entre as necessidades das pessoas e sua satisfação por meio das políticas públicas tende a ser mais curto. O federalismo representa uma forma vantajosa de organização territorial nacional. Por meio da descentralização política, muitas questões podem ser melhor tratadas e resolvidas onde as condições permitirem autonomia (CARVALHO; XAVIER, 2015).

Administração Pública é dotada de um mecanismo existente que dispõe de estrutura física, recursos, órgãos, serviços e atividades, visando a execução dos seus objetivos políticos e do objetivo fundamental do Estado: o desenvolvimento do bem da população (PALUDO, 2013). Diante desse aparato Estatal, faz-se necessário a criação de uma organização política que execute essas atividades de interesse coletivo. Posteriormente a estruturação da Constituição Federal que apresenta a organização política do Estado, emerge, através da legislação complementar e legislação ordinária a organização administrativa das entidades estatais, a organização de suas autarquias e empresas estatais originada visando a execução desconcentrada e descentralizada de serviços públicos e outros compromissos de interesse coletivo (CARVALHO, 2015; XAVIER, 2015).

O Estado e outros entes públicos presentes, possuindo diversas funções que são de sua responsabilidade, têm que compartilhar, no interior deles mesmos, entre diferentes integrantes, as obrigações que lhes cabem. O Estado, por sua vez, consegue desenvolver por si mesmo as obrigações administrativas que lhe são concedidas pela Constituição, como pode concedê-las através de outros sujeitos (PEREIRA, 2012).

A nova administração pública voltada para o cidadão presente na atualidade, compreende diante de suas características, o reconhecimento de seu espaço limitado de atuação, que passou a ser ampliada pelo poder e pela ação do setor privado e das organizações do terceiro setor. Ademais, a complexidade e a abrangência que envolvem a dinâmica e a interação entre o Estado - setor privado - terceiro setor, onde ocorrem inúmeras relações e mediações burocráticas, apontam a existência de evidências de que é preciso dar seguimento aos empenhamentos de redefinição e implementação de políticas inovadoras visando fortalecer a gestão do setor público (PEREIRA, 2012).

### **2.2 Desenvolvimento Regional e o Papel do Município na Perspectiva Administrativa e Financeira**

A Constituição da República Federal do Brasil de 1988 define um novo formato dentro da jurisdição e autonomia dos estados membros e municípios, e em termos de capacidade de tributação municipal, para alcançar autonomia financeira por meio de jurisdições tributárias compartilhadas. A autonomia conferida aos municípios pelo Tratado Federal Brasileiro auxilia no desenvolvimento das atividades administrativas municipais no contexto econômico e social da democracia e do Estado de Direito (HOLANDA; MENDONÇA, 2017).

Além disso, podemos notar as diversas atribuições previstas no artigo 23 da Constituição Federal de 1988, cabe ao governo municipal promover a produção,

combater a pobreza e a marginalização e promover a integração social dos diversos setores. Agora, essa autoridade conjunta visa trabalhar com estados e alianças para criar equilíbrio e promover condições de bem-estar (BRASIL, 1988). Pois bem, como estipula o artigo 182, as políticas urbanas devem se desenvolver de forma ordenada e garantir o bem-estar de seus moradores.

A legalização da autonomia municipal como instrumento de promoção do crescimento social e econômico criou caminhos para fortalecer os valores da democracia e das instituições democráticas. Portanto, a organização política do município tem grande influência na resolução dos problemas urbanos (HOLANDA, 2017; MENDONÇA, 2017). Já Meireles (2008), dialoga que os agentes políticos reconhecem que o município é um ponto básico de afirmação da democracia, tendo em vista que ele é apontado como um papel importante na consolidação dos fundamentos e objetivos da constituição. Com isso, a autonomia política, administrativa e fiscal criou os meios para viabilizar as políticas a favor dos municípios, nivelando-os a outros entes federativos.

Segundo Holanda e Mendonça (2017), às prioridades do Estado brasileiro (políticas, sociais, econômicas e jurídicas) se humanizaram em todos os aspectos, e sua estrutura está voltada para o seu bem-estar e desenvolvimento, colocando-o no centro do âmbito jurídico-constitucional, reconhecendo que o objetivo de um país é fornecer condições mínimas para que as pessoas possam desfrutar de dignidade.

Quando se trata de políticas públicas, como assistência social, meio ambiente. No que se refere a habitação, saneamento, produção agrícola, abastecimento de alimentos, educação e saneamento, o governo municipal tem competência comum com os poderes federal e estadual, e os exerce sob a cooperação dessas áreas por meio de repasse de recursos ou cooperação técnica. Até agora, não foi regulamentado e os limites entre os domínios de poder não foram determinados, levando a atividades sobrepostas. É importante lembrar que o capítulo sobre ordem social da Constituição garante claramente a participação da comunidade e a gestão democrática (TEIXEIRA, 2002).

Quando o governo municipal regula a economia, pode intervir nas atividades econômicas restringindo, protegendo e promovendo a atividade econômica, sempre pautado pelos princípios da gestão da administração pública. A inserção na economia visa criar formas de auxiliar o desenvolvimento local, como forma de fomentar a economia municipal, incentivando assim a tributação que contribuirá para o investimento nas esferas social e econômica. Na verdade, a promoção desta cidade criará condições para a promoção da economia e da sociedade local (HOLANDA; MENDONÇA, 2017).

Os autores argumentam também que normalmente, nas pequenas cidades, não existem indústrias, fábricas, confecções, às vezes a agricultura autossuficiente inicial ou quaisquer outras atividades econômicas que não tenham a capacidade de promover o desenvolvimento. O governo local da cidade deve fornecer um ponto de partida e ímpeto por meio de políticas públicas de desenvolvimento para iniciar uma atividade para que fomente a economia e gerar empregos, investimentos e benefícios pautados no desenvolvimento.

Por último, Holanda (2017) e Mendonça (2017), argumentam que é capaz que o governo municipal promova o desenvolvimento local focando a eficiência e o compromisso social e, com base nas boas práticas administrativas, contribua para o alcançar e a concretização dos objetivos da administração pública. Não é mais possível esperar um governo formado estritamente de acordo com a lei, mas atingir a

esperada fundação da república em termos de seu exercício legal e buscando a validade dos mandamentos constitucionais.

### 2.3 Metodologias dos índices de gestão fiscal e de desenvolvimento municipal da Firjan

O IFDM surgiu em 2008 visando acompanhar anualmente o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, levando em consideração as diferentes realidades do menor setor federal: os municípios. O IFDM é um indicador composto que aborda três áreas estabelecidas de desenvolvimento humano com igual peso: emprego e renda, educação e saúde. Assim, o IFDM de uma cidade integra o nível de desenvolvimento socioeconômico local, simplesmente fazendo a média dos resultados obtidos para cada uma dessas três dimensões. A métrica do índice é simplória, tendo como a variação de 0 e 1 para medir o grau de desenvolvimento: quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento do município:

Figura 1: Pontuação do IFDM

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 ► **baixo** estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 ► desenvolvimento **regular**;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 ► desenvolvimento **moderado**;
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 ► **alto** estágio de desenvolvimento.

Fonte: FIRJAN (2018, p-2)

O IFGF segue a mesma lógica, sendo constituído por quatro indicadores, cada indicador tem o mesmo peso no cálculo da média geral, ou seja, 25%. A compreensão dos resultados é simplória. A dinâmica da pontuação gira em torno de 0 e 1, sendo o resultado quanto mais próximo de 1 significa uma melhor gestão fiscal. O IFGF estabeleceu valores de referências no intuito de promover uma análise mais simplória. Foram estipulados 4 valores que são esses:

Figura 2: Pontuação do IFGF

<b>Gestão de Excelência</b>	<b>Boa Gestão</b>	<b>Gestão em Dificuldade</b>	<b>Gestão Crítica</b>
resultados superiores a 0,8 ponto	resultados entre 0,6 e 0,8 ponto	resultados entre 0,4 e 0,6 ponto	resultados inferiores a 0,4 ponto

Fonte: FIRJAN (2021, p-2)

De acordo com a Firjan (2021), os índices de gestão fiscal e de desenvolvimento econômico municipal tem como objetivo auxiliar a Administração Pública. Tendo em vista o acesso aos dados, os gestores e a população em geral podem questionar a efetividade de políticas públicas realizadas no município. Não só se esgotando nisso, mas qual caminho desenvolvimento e gestão o município vem seguindo.

### 3 Metodologia

O objetivo geral deste trabalho é avaliar a gestão fiscal do município sob a perspectiva do indicador gestão fiscal da Firjan, tendo em vista sua complexidade e

necessidade de aprofundamento. Inicialmente, em sua gênese será o levantamento bibliográfico sobre os autores que desenvolvem sobre o tema abordado. A pesquisa desenvolveu-se entre o espaço de setembro de 2021 a fevereiro de 2022.

Enquanto aos objetivos, o trabalho tem como a pesquisa exploratória que como exprime Zanella (2013, p. 34) “[...] centrada na preocupação de identificar fatores determinantes ou de contribuição no desencadeamento dos fenômenos”. Enquanto a abordagem, o trabalho tem como características qualitativa. A coleta de dados foi realizada no portal da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). O procedimento na coleta de dados, inicialmente, se deu na coleta por fontes bibliográficas. Estudar os principais autores, história e contemporaneidade para ter uma compreensão profunda sobre o tema, aliado à base de dados fornecido pelo portal do FIRJAN, visando assim obter embasamento de como os recursos são administrados e suas complexidades que as cercam.

Orientado pelo Índice Firjan de Gestão Financeira (IFGF) e pelo o Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM), este trabalho foi desenvolvido com base nos dados obtidos sobre o Município de Várzea pelos os índices adotados entre os anos 2013 a 2020. Iniciando pelo o primeiro, o IFGF, este índice é uma ferramenta de controle social desenvolvida para estimular uma cultura de responsabilidade administrativa, permitindo que os 5.770 municípios brasileiros sejam monitorados ao longo dos anos e comparados por meio de rankings. Tais comparações podem avaliar os municípios, melhorando a gestão fiscal e a tomada de decisão dos gestores públicos quanto à alocação de recursos (FIRJAN,2021).

### **3.1 Área de Estudo**

O campo de estudo deste trabalho tem como o foco a cidade de Várzea-PB, localizada na mesorregião da Borborema, especificamente no Seridó Ocidental Paraibano. O município conta com uma população prevista de 2870 habitantes, segundo estimativas do IBGE. A cidade de Várzea-PB teve sua emancipação política e elevação como município através da Lei Estadual nº 2683, no ano de 1961 (IBGE,2021).

## **4 Resultados e Discussões**

### **4.1 Apresentação das dimensões do IFGF do município - autonomia, gastos com pessoal, investimento e liquidez**

A gestão fiscal do município de Várzea-PB foi observada tendo como referências os dados do IFGF. Fazendo uma relação com as características do município de Várzea-PB e o que é encontrado na literatura que discorre sobre o assunto, a cidade se enquadra no que é exposto: a maioria dos municípios com cuja população de 10.000 habitantes ou menos, tem pouca vitalidade econômica. Essas características interferem diretamente na arrecadação de receitas próprias diretamente relacionadas à atividade econômica (FERREIRA; SILVA, 2016).

Quadro 1: INDICADORES DO IFGF

Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
Capacidade de sustentar o ordenamento administrativo	Comprometimento das receitas com pessoal	Respeito às obrigações financeiras	Habilidade de prover bem-estar e competitividade

Fonte: Adaptado da FIRJAN (2021, p-1)

É importante ressaltar que o índice é constituído por dados oficiais declarada pela respectiva prefeitura. De acordo com normativa do artigo 51 da Lei Responsabilidade Fiscal (2000), os municípios têm o compromisso de enviar suas contas para a Secretaria do Tesouro Nacional no máximo 30 de abril no ano seguinte, onde a instituição pública concede ao público, através Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). A ferramenta integra estatísticas contábeis, financeiras e fiscais de 5.770 municípios, 26 estados e Distrito Federal. O SICONFI é crucial como fonte de dados para as administrações públicas municipais e estaduais. Portanto, é utilizado como referência para o cálculo do IFGF, que analisa as contas dos municípios entre 2013 e 2020 (FIRJAN, 2021).

#### 4.1.1 Indicadores

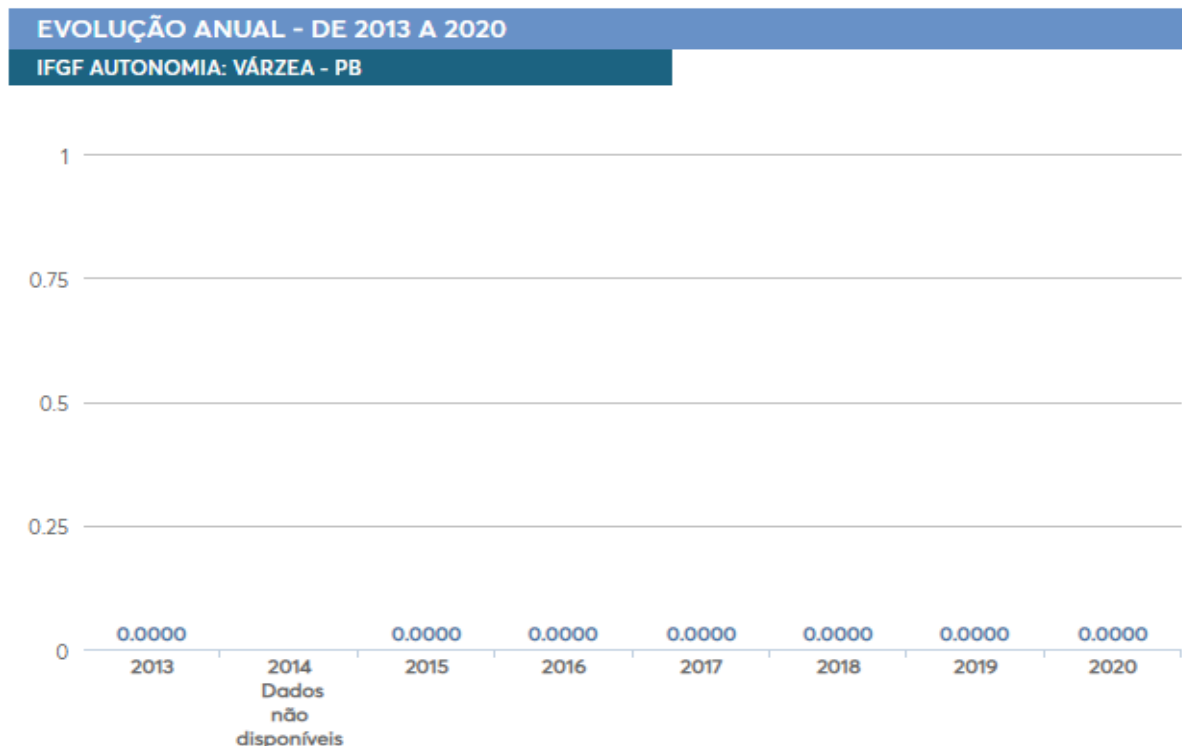
##### IFGF Autonomia

Diante de todos os indicadores, o IFGF Autonomia é o que apresenta e reflete setores delicados na gestão das prefeituras municipais: pouca capacidade de se manter. O IFGF Autonomia tem como proposta avaliar se os municípios brasileiros geram recursos suficientes para cobrir seu custo de sobrevivência, de outra forma, a ideia de emancipação do município é discutida quando os valores são baixos. (FIRJAN, 2021). O cálculo usado pela Firjan consiste nas receitas da atividade econômica local subtraídas pelos os custos com a manutenção da estrutura administrativa e posteriormente dividido pela receita corrente líquida.

Não diferente do exposto na bibliografia do FIRJAN, os dados apresentados sobre Autonomia de Várzea-PB vão ao encontro ao que é apresentado na literatura.



Gráfico 1: IFGF Autonomia- Várzea-PB.



Fonte: FIRJAN (2022).

O valor 0 (Zero) apresentado no gráfico evidencia a baixa arrecadação gerada pelo o município, evidenciando a pouca atividade econômica, atingida gestão crítica de acordo com o parâmetro do FIRJAN, indicando baixa arrecadação ligada às atividades econômicas locais. Por fim, quanto ao baixo índice de Autonomia, é um reflexo das desigualdades regionais. No Brasil, diante das graves desigualdades regionais, os estados e os municípios que não possuem um pilar econômico forte ainda dependem de transferências governamentais (MEDEIROS; OLIVEIRA; CAMINHA, 2019)

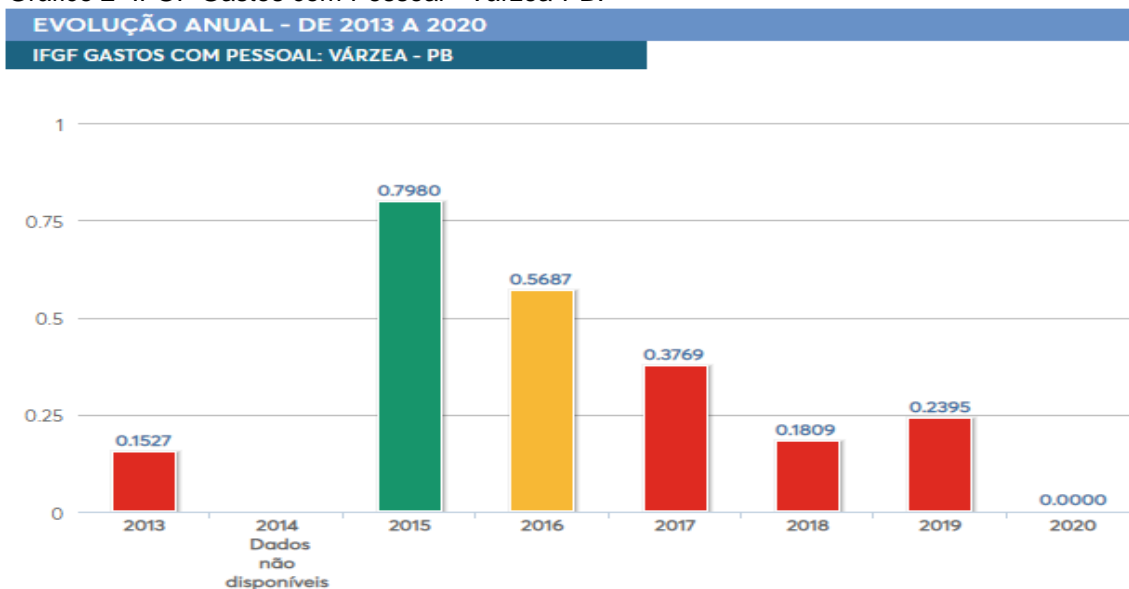
### IFGF Gastos com Pessoal

De acordo com o FIRJAN (2021), essa é uma das principais variáveis responsáveis pela despesa do setor público. A organização ressalta que gastos com o pessoal é um custo fixo, tendo em vista a impossibilidade de cortes de aposentadorias, salários pagos aos funcionários que são protegidos por lei específica que fixa os valores.

O IFGF Gastos com Pessoal tem como objetivo determinar o quanto as receitas dos municípios estão empenhadas com os custos do pessoal. O cálculo Firjan de despesa com o pessoal possui pouca complexidade. Consiste na despesa líquida com pessoas dos últimos 12 meses dividido pela receita corrente líquida.

O Gastos com Pessoal possui dinâmica própria e rígida. Além de obedecer aos custos obrigatórios com o pessoal, seja salários, aposentadorias, as prefeituras têm que respeitar a lei de responsabilidade fiscal de 2000, isto é, os Gastos com Pessoal não podem ultrapassar o limite de 60% da Receita Corrente Líquida. Observou-se que o município de Várzea apresentou variações com Gastos com Pessoal, como mostra o gráfico:

Gráfico 2- IFGF Gastos com Pessoal - Várzea-PB.



Fonte: Firjan (2022).

Os dados expressam predominância na Gestão Crítica dos recursos com Gastos de Pessoal, onde 71% dos gráficos apresentam Gestão Crítica e 14% dos gráficos em situação de Gestão de Dificuldade. Sendo apenas no ano de 2015, representando 14%, com Boa Gestão. Ou seja, o município comprometeu significativa fatia orçamentária para honrar compromissos com a folha salarial do funcionalismo, onde Firjan (2021) ressalta que quanto menor as obrigações do município com Gastos com Pessoal, maior será o leque de possibilidades da prefeitura desempenhar políticas públicas.

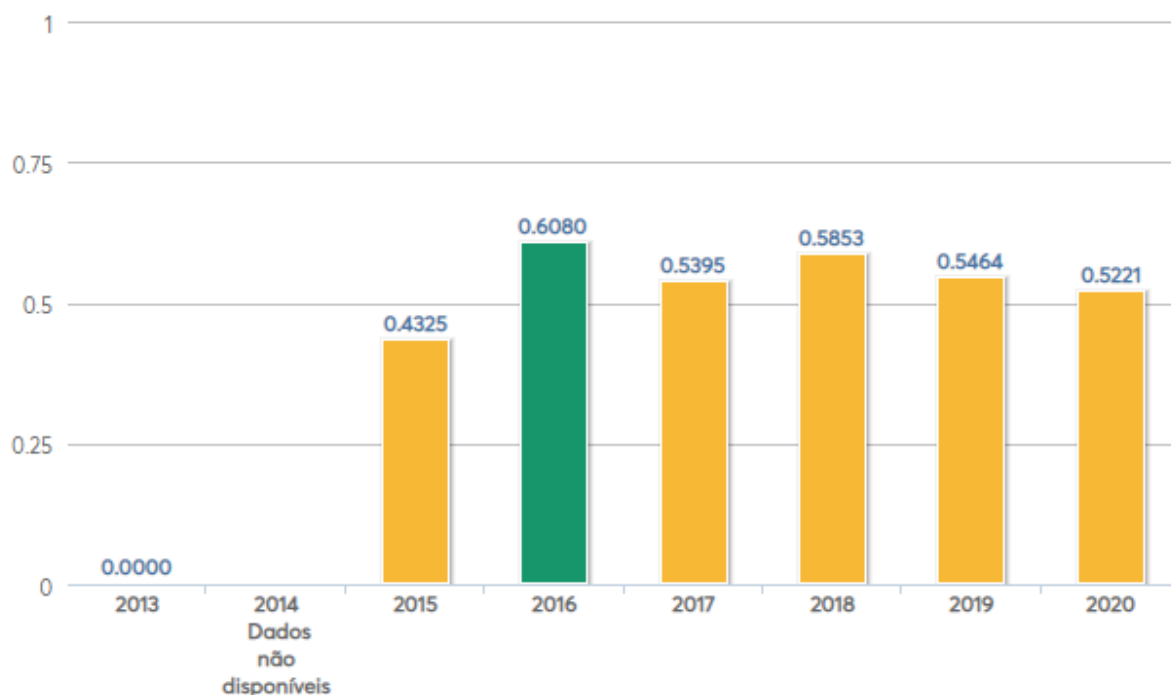
### IFGF Liquidez

Conforme FIRJAN (2021), o índice de liquidez é a relação do município em como ele honra seus compromissos. Ou seja, esse índice possui relação com a Lei de Responsabilidade Fiscal, onde a LRF estabelece que no último ano de administração municipal, a gestão detenha recursos financeiros capazes de honrar com as despesas que foram transferidas para o ano seguinte. Com isso, o índice tem como lógica caso município tenha mais contas a pagar para o ano posterior do que recurso em Caixa do ano atual, sua pontuação será zero. O cálculo utilizado pela Firjan compreende o caixa que o município possui, subtraído por restos a pagar dividido pela receita corrente líquida. Abaixo, o gráfico 3 apresenta o índice IFGF Liquidez do município de Várzea- PB:

Gráfico 3- IFGF Liquidez - Várzea-PB.

## EVOLUÇÃO ANUAL - DE 2013 A 2020

### IFGF LIQUIDEZ: VÁRZEA - PB



Fonte: (Firjan 2022)

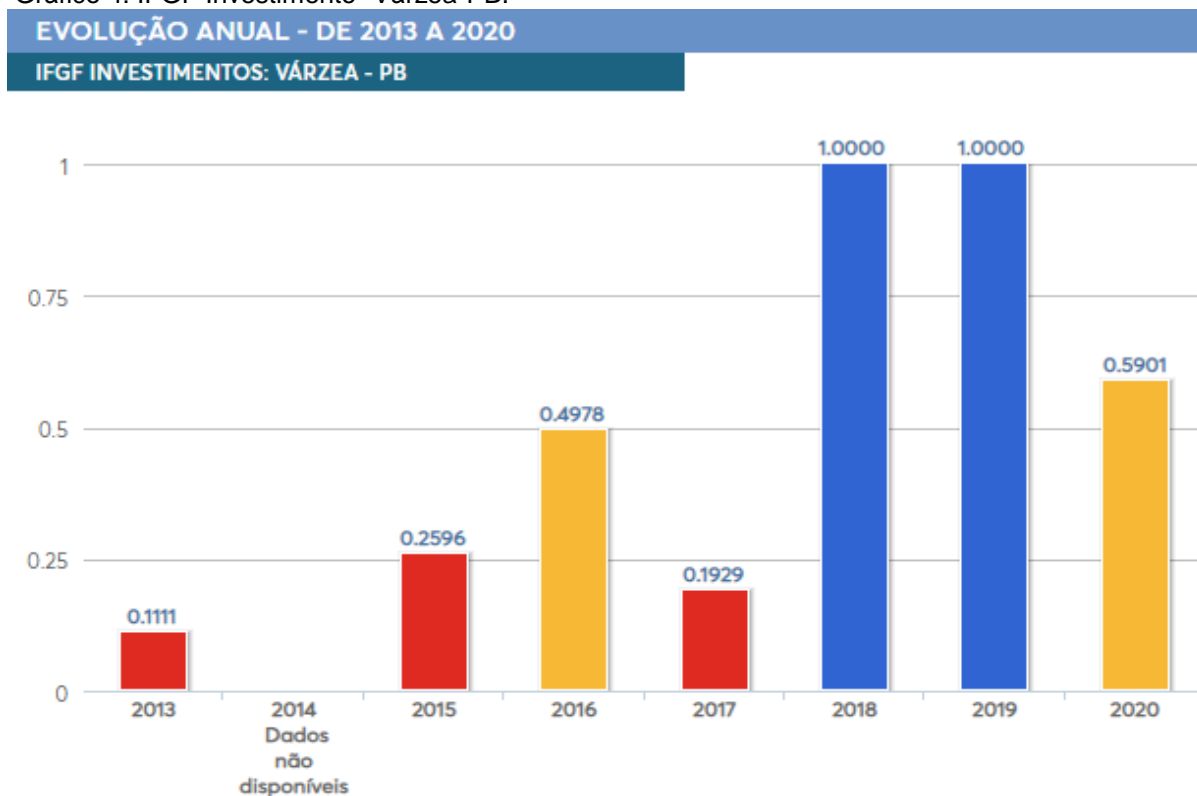
A análise dos gráficos do índice de liquidez do município de Várzea é preocupante, onde o município apresentou entre 2013 a 2020 o índice de 71% de gestão em dificuldade, sendo os anos de 2015, 2017, 2018, 2019 e 2020. Vale a pena ressaltar, que no último o município atingiu nota mínima no índice do Firjan e conseguindo apenas nota Boa Gestão no ano de 2016.

### IFGF Investimentos

O crescimento econômico brasileiro só se mantém juntamente com o fornecimento de serviços públicos essenciais para a população, quando, necessariamente, o investimento público for uma prioridade (AFONSO e JUNQUEIRA, 2009). Escolas e hospitais bem equipados, ruas pavimentadas, instalações sanitárias, iluminação pública, entre outras coisas, geralmente são investimentos municipais que impulsionam a atividade econômica local e criam bem-estar para os cidadãos em geral do município (FIRJAN, 2021). O propósito do IFGF Investimentos é mensurar a participação do investimento nos orçamentos municipais. Apesar do consenso sobre a importância do investimento público municipal, o processo orçamentário é turvo, dando demasiada ênfase ao custo atual de um projeto sem considerar seus benefícios futuros, de modo que os investimentos de longo prazo podem enfrentar mais dificuldades políticas do que os de curto prazo (FIRJAN, 2021).

No índice IFGF Investimento do Firjan, o critério usado tem como para os municípios que investiram mais 12% da sua receita total foi conferida a nota 1,0. O gráfico 4 abaixo expõe o indicador Investimento do município de Várzea-PB:

Gráfico 4: IFGF Investimento- Várzea-PB.



Fonte: Firjan (2021).

. Ao analisar o município de Várzea-PB pelo o indicador do Firjan, percebe-se variação de investimento do município. No ano de 2013, 2015 e 2016 o município apresentou gestão crítica, poucos investimentos de natureza municipal foram realizados pela gestão competente desses anos. Nos anos de 2016 e 2020, o município apresentou dificuldade na sua gestão, porém, nos anos de 2018 e 2019 conseguiu obter a nota máxima pelo o índice Firjan.

#### 4.2 Associação entre o IFGF e IDFM do Município de Várzea- PB

O IFDM tem como objetivo monitorar o desenvolvimento econômico do menor ente federativo do Brasil: o município. O desenvolvimento econômico municipal de Várzea-PB foi observado através do índice IFDM Firjan, considerando os anos de 2010 a 2016. Infelizmente o portal não possui em sua base de dados os anos atuais, então para realização da pesquisa foram consultados os anos citados acima.

Desde sua criação e evolução, o IFDM monitora todos os municípios do Brasil. O indicador criado pela Firjan é composto por três grandes áreas: emprego e renda, educação e saúde. Deste modo, o IFDM de um município integra os níveis de desenvolvimento socioeconômico local em um único resultado, simplesmente calculando a média dos resultados alcançados em cada uma dessas três dimensões (MELO e OLIVEIRA, 2022).

O índice IFDM é construído através de estatísticas oficiais disponibilizadas ao público por órgãos públicos. Sendo Emprego e Renda, os dados são oriundos do ministério do trabalho; Educação pelo ministério da educação e Saúde pelo o ministério da Saúde. Segue abaixo a tabela e seus elementos que compõem o índice IFDM Firjan:

Quadro 2: INDICADORES DO IFDM

Emprego e Renda	Educação	Saúde
Geração de emprego formal	Atendimento à educação infantil	Proporção do atendimento adequado pré-natal
Geração de renda	Abandono do ensino fundamental	Óbitos por causa mal definidas
Taxa de Formalização do mercado de trabalho	Distorção de idade-série no ensino fundamental	Óbitos infantis por causas evitáveis
Massa salarial real no mercado de trabalho formal	Docentes com ensino superior no ensino fundamental	Internação sensível à atenção básica
Índice Gini de desigualdade de renda no trabalho formal	Resultado do IDEB no ensino fundamental	

Fonte: Adaptado da FIRJAN (2018).

#### 4.2.1 Indicadores

##### IFDM Emprego e Renda

O IFDM Emprego e Renda são constituídos por duas medidas, a primeira seria o Emprego, que analisa a competência de geração de emprego formal e grau de assimilação da mão de obra local. O segundo, a Renda, que compreende a criação e sua distribuição no mercado de trabalho do município. A variável Emprego descreve as condições econômicas locais no ano base. O crescimento do mercado de trabalho formal é avaliado pela relação entre a geração de empregos e o número total de empregados na cidade. Além do que, foi criado um dispositivo para esse indicador punir os municípios com saldos negativos, eliminando empregos formais e ordenando que os mercados de trabalho locais se contraírem em graus variados (FIRJAN, 2018)

Por último, a variável Renda mensura a evolução real do salário médio mensal em relação ao ano anterior. O progresso dos níveis de renda real aliado ao aumento do número de empregados com carteira assinada aumenta a massa salarial e o consumo das famílias, o que tem efeito multiplicador sobre a economia (Firjan 2018). Bem como na geração de empregos, também utilizamos um mecanismo de categorização de cidades negativas.

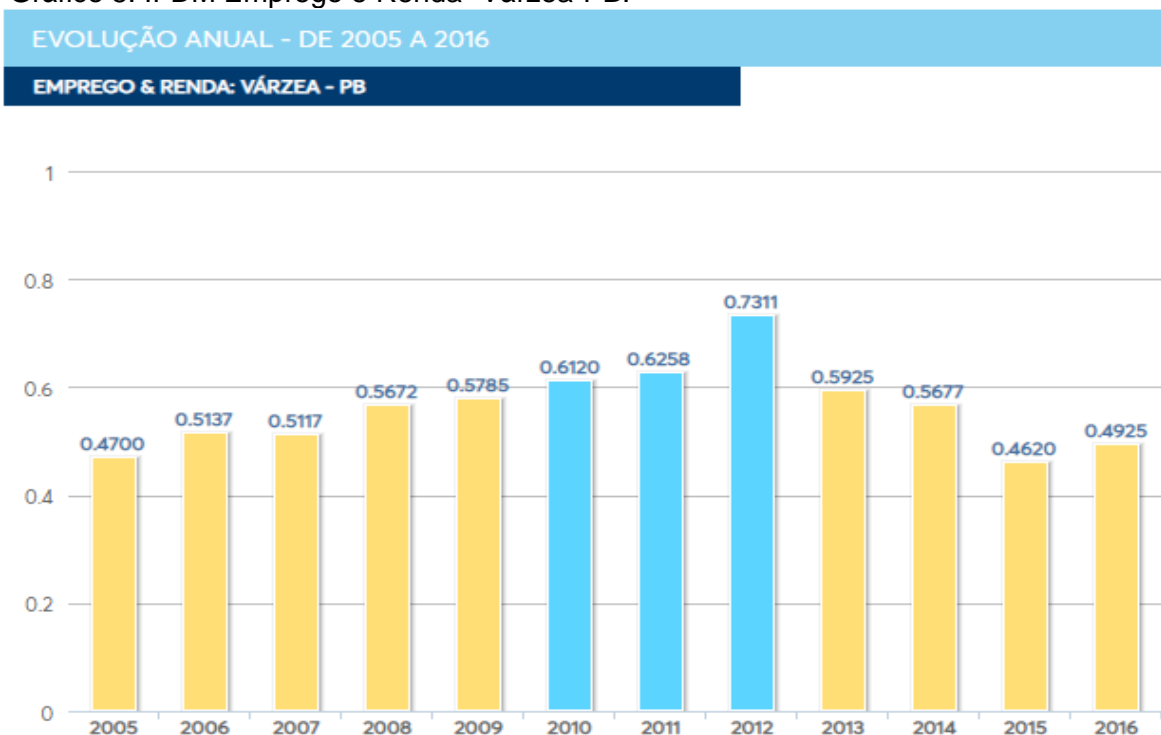
## Emprego

De acordo com Firjan, este indicador descreve as condições econômicas locais no ano base. O aumento do mercado de trabalho é analisado pela relação entre a geração de empregos criados e do volume total de empregados encontrados no município.

## Renda

Segundo com Firjan, essa métrica mede o aumento real do salário médio mensal em relação ao ano anterior, a maioria da população em idade ativa depende do trabalho como sua principal fonte de renda. Crescimento dos níveis de renda real aliado a mais empregados regulares adicionados à folha de pagamento e o consumo das famílias tem um efeito multiplicador na economia (Firjan, 2018). Além da geração de empregos, utilizamos um mecanismo para categorizar cidades negativas.

Gráfico 5: IFDM Emprego e Renda- Várzea-PB.



Fonte: Firjan (2022).

Ao analisar os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, o Município de Várzea-PB apresentou desenvolvimento regular nos indicadores Emprego & Renda. De acordo o parâmetro adotado pelo o Firjan, a geração de emprego formal assim como absorção da mão de obra local do município encontra-se em níveis regulares. Tendo em vista esse dado, o município não apresentou geração ou diminuição de taxas de empregos formais nos períodos analisados, distanciando de saldos negativos, ou seja, não houve extinção de postos formais de trabalho.

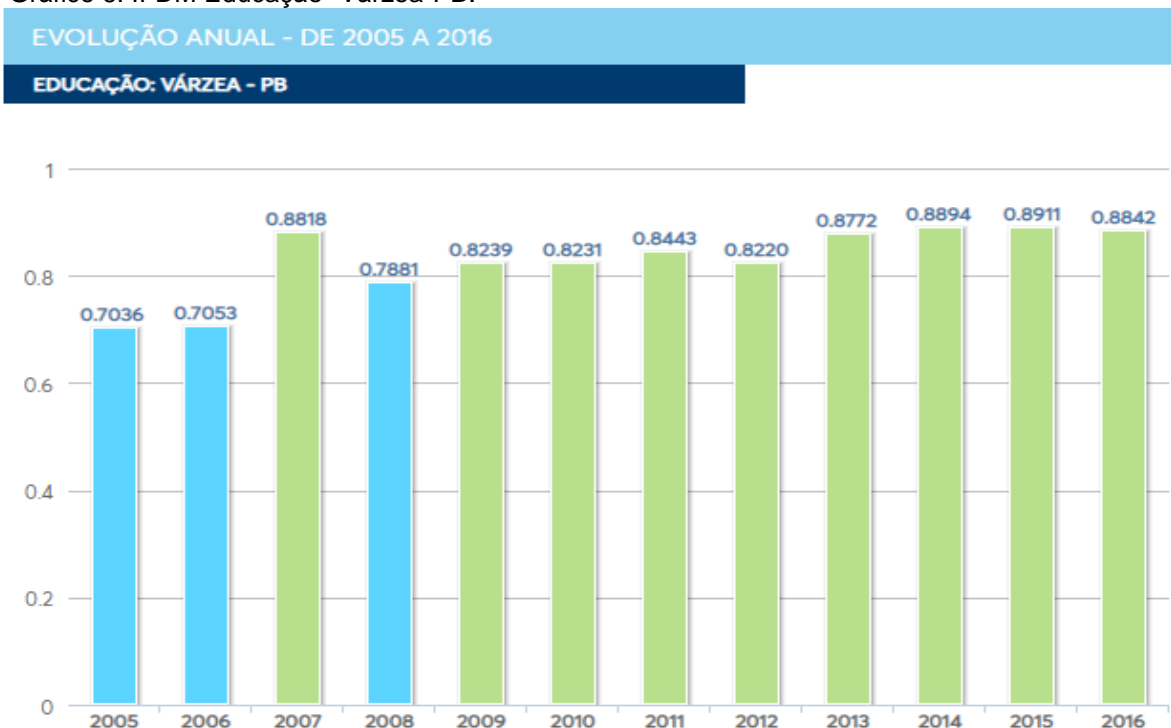
## IFDM Educação

O IFDM Educação visa obter a oferta de educação infantil, especialmente a qualidade Educação primária, educação fornecida por escolas públicas e privadas. A cadeia é composta por seis indicadores: Frequência da Educação Infantil, Taxa de Abandono no Ensino Fundamental, Distorção na Classificação da Idade do Ensino Fundamental, Professores do Ensino Fundamental Superior, Horas Médias Diárias do Ensino Fundamental e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Ensino Fundamental (IDEB) (FIRJAN, 2018).

Essa métrica é baseada no cálculo dos números de matrículas em creches e pré-escolas, catalogado no Censo Escolar/INEP, e no número de crianças de até cinco anos de idade, presumido pela projeção anual da população e a porção populacional por faixa etária de cada município.

As crianças que frequentaram a pré-escola possuem um desempenho melhor do que aquelas que não frequentaram. Indica que os investimentos realizados no início do ciclo de ensino têm maior chance de sucesso. Além disso, possibilitar às crianças um ambiente seguro e propício ao seu desenvolvimento permite que elas, as mães de baixa renda, possam ver oportunidades no mercado de trabalho ou até mesmo estudar (FIRJAN, 2018).

Gráfico 6: IFDM Educação- Várzea-PB.



Fonte: Firjan (2022).

O município de Várzea-PB, representado pelo o gráfico 6, apresentou alto desenvolvimento em educação durante o período de 2013, 2014, 2015 e 2016. Isso acontece, de acordo com o critério usado pela Firjan, pelo os altos índices de matrículas em creches e pré-escolas; garantia da permanência do aluno nas escolas; baixos índices de abandono escolar durante o ano letivo; atraso escolar por proporção de alunos pequena e; qualificação do quadro do corpo docente que visa a qualidade do ensino, apoiada pela a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que

estabelece como condição mínima a formação necessária para desempenhar na educação básica.

### **IDFM Saúde**

O IFDM Saúde tem como ponto principal a saúde básica e observa indicadores cujo controle é de responsabilidade municipal: cumprimento de atendimento adequado de pré-natal, óbitos por causas mal definidas, mortalidade infantil por causas evitáveis e internações sensíveis à atenção básica. Segundo a Firjan, todos os indicadores estão fixados nos bancos de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e o Sistema Internações Hospitalares (SIH), todos do DataSus – Ministério da Saúde.

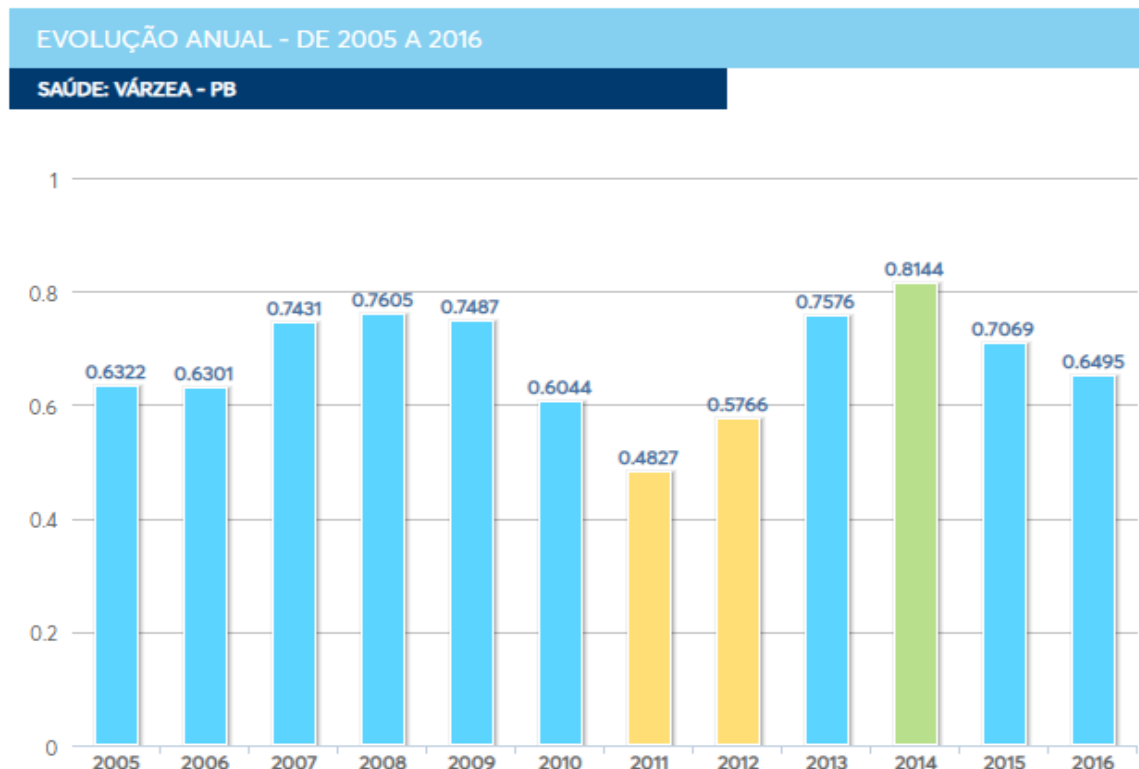
É importante destacar que o serviço de atenção básica está estreitamente ligado a fatores socioeconômicos, pela infraestrutura de prestação de serviços e por políticas públicas assistenciais e preventivas. Simultaneamente, trata-se de um meio que necessita de poucos recursos financeiros em comparação a outros exames de atenção à saúde, sendo um notável instrumento de prevenção da saúde da mulher e da criança (FIRJAN, 2018)

Em geral, este indicador é uma medida dos resultados e impactos dos serviços de saúde, representando a qualidade da prestação. Devido à disponibilidade de dados, é adequado para monitoramento de serviços de saúde, permitindo análise temporal e comparação entre diferentes localidades. Constitui uma importante referência para avaliar o desempenho do sistema de saúde (FIRJAN, 2018).

O gráfico a seguir apresenta os dados do IFDM Saúde do município de Várzea-PB.



Gráfico 7: IFDM Saúde- Várzea-PB.



Fonte: Firjan 2022

O município de Várzea-PB apresentou desenvolvimento moderado entre os anos 2013, 2014, 2015 e 2016. De acordo com o indicador do Firjan, o município apresenta baixa mortalidade infantil; moderada proporção de atendimento à saúde básica; atendimento padrão adequado ao pré-natal e; baixa mortalidade por causas mal definidas.

## 5 Considerações Finais

A Constituição Federal do Brasil de 1988 dispõe o município como um agente federativo de desenvolvimento econômico e social. A sua autonomia conferida pela Constituição possibilitou ao município criar mecanismos de arrecadação, leis próprias e um sistema político responsável por reger as atividades administrativas e fiscalizar a gestão responsável.

Ao analisar os indicadores de Gestão Fiscal (IFGF) do município Várzea- PB fornecidos pelo o Firjan, a realidade do município não difere do que é encontrado na literatura sobre o tema: municípios com população abaixo de 10 mil habitantes possuem pouca arrecadação própria para manutenção da estrutura administrativa municipal. Analisando o indicador Autonomia de Várzea-PB, é evidente a baixa arrecadação, evidenciando que o município possui pouca atividade econômica local. Esse indicador sinaliza não só desigualdades regionais, mas uma falta de política eficiente na geração de desenvolvimento econômico voltada para o município por parte da gestão competente. No indicador Gastos com Pessoal, o resultado não foi muito diferente, o município de Várzea-PB apresentou gestão crítica, ou seja, comprometeu boa parte da fatia orçamentária para honrar compromissos com folha salarial, isto é, sinalizando demasiadas contratações de funcionários e suas

obrigações de honrá-las. Seguindo adiante, o índice Liquidez apresentou gestão em dificuldade, evidenciando o comprometimento das receitas do município em contas a pagar no ano posterior. Em Investimentos, o município apresentou 3 anos em gestão crítica (2015, 2013 e 2017), 2 anos (2016 e 2020) em gestão em dificuldade e 2 anos (2018 e 2019) em gestão excelente. A variação implica na falta de uma política constante em promover serviços públicos essenciais.

Por último, quando se exclui o indicador IFDM Emprego e Renda, é notável a diferença entre os indicadores que compõem o IFDM e os apresentados no IFGF. O único indicador IFDM que seguiu padrões semelhantes de nota com o IFGF foi Emprego e Renda. Isso pode ser explicado devido a baixa geração de emprego e atividade econômica (autonomia) encontrada no município exposto através dos indicadores IFGF Autonomia e IFDM Emprego e Renda. Esses indicadores expõem a falta de dinamismo econômico e uma política voltada a fomentar a criação de empregos. Ademais, os indicadores IFDM Educação e IFDM Saúde apresentaram as melhores pontuações no município, contrariando os baixos índices apresentados nos outros indicadores. Esses altos índices em Educação e Saúde estar de acordo com os achados na literatura, isto é, esses indicadores estão relacionados a programas do governo federal e possui pouca ligação a políticas locais municipais e estaduais.

Portanto, ao avaliar a gestão fiscal do município sob a perspectiva do desenvolvimento municipal percebe-se que as diretrizes políticas para alocação de recursos não estão atendendo as necessidades da população no campo econômico e administrativo. A baixa atividade econômica do município evidenciada pelo indicador Autonomia reflete a necessidade da administração municipal ter políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local, tendo em vista que ela é o agente da primário, isto é, o ente federativo da estrutura administrativa que tem contato direto com as demandas locais da população.

A pesquisa apresentou algumas limitações, tendo em vista a falta de dados dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 dos indicadores que compõe o IFDM. A falta desses dados dificultou uma análise mais atual do desenvolvimento do município de Várzea-PB, visto que esses indicadores estão relacionados em certo grau com o desenvolvimento do município. Deste modo, conclui-se que esse trabalho contribui para a esfera da administração pública, sugerindo promover uma maior eficiência nos gastos públicos; elaborar um planejamento estratégico voltado para uma política de desenvolvimento local e capacitação dos gestores públicos para gerir os recursos de forma eficaz. Sendo esse último responsável pela administração local e tornando-se o elo entre as demandas da população e o governo federal. Assim, compreendendo a importância do município como ente federativo, o gestor municipal é o agente público na linha de frente na busca do desenvolvimento econômico e social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, J. R.; JUNQUEIRA, G. **Investimento Público no Brasil é Mais Municipal que Federal**. Revista de Administração Municipal IBAM, Rio de Janeiro, ISSN 0034-7604 Ano 55, n.272, pp.18-25, Out-Dez/2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília.. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acessado em: 26 de setembro de 2021.

ANDRE, C.M.G; BARROS, F.S; MEDEIROS, A.L; VIEIRA, M.T. **Estudo sobre os indicadores de Gestão Fiscal e de Desenvolvimento Municipal**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2020.

CARVALHO, Celso Guimarães; XAVIER, Ana Flávia. **Administração Pública: Federal, Estadual e Municipal**. o Instituto Federal de Minas Gerais – Ouro Preto/ MG, do Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.

DAVID, Marcus Vinicius; SANABIO, M. TANURE; SANTOS, Gilmar José. **Administração Pública Contemporânea: política, democracia e gestão**. Juiz de Fora : Ed. UFJF, 2013. 246 p.

DINIZ, Josedilton Alves; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; CORRAR, Luiz João. **Mensuração da eficiência financeira municipal no brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo**. Gestão & Regionalidade, v. 28, n. 83 - mai-ago. 2012.

FIRJAN. **Metodologia- Índice de Gestão Fiscal**. 2021. Disponível em: < <https://www.firjan.com.br/data/files/BA/F4/E3/6A/752CC710CCD10AC7A8A809C2/IFGF%20-%20Anexo%20Metodologico%20-%202021-v2.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2022.

FIRJAN. **IFGF 2021: Índice Firjan de Gestão Fiscal** / Firjan. – Rio de Janeiro: Firjan, 2013

FIRJAN. **Metodologia- Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2018. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/data/files/E8/06/F0/D5/58E1B610E6543AA6A8A809C2/Metodologia%20IFD>>. Acesso em: 20 de março de 2022.

FERREIRA, F. D. da S.; SILVA, W. G; LIMA, F. A. **Condições fiscais e crescimento econômico: uma análise das finanças públicas de estados nordestino**. Revista Espacios, v.37, n.37, 2016.

HOLANDA, Marcus Vinicius; MENDONÇA, M. L.C. de Araújo. **A Administração Pública Municipal como fomentadora do Desenvolvimento Social e Econômico**. Revista – PPGD UFSC , 2016.

IBGE, 2021. Disponível em: <  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/varzea/panorama>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

MEDEIROS, Ana Lucia Medeiros; SANTOS, Luana Borges dos; ANDRÉ, Claudomiro Moura Gomes. **Desenvolvimento Municipal das Microrregiões do Estado do Tocantins: uma análise a partir do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Revista Desenvolvimento em Questão, Editora Unijuí, n. 45, p. 44-62, out./dez, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 16. ed. Atualizada por Célia Marisa Prendes e Márcio Schneider Reis. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELO, Welma Ferreira; OLIVEIRA, Nilton Marques. **Região Metropolitana de Palmas a Gestão Orçamentária e Fiscal no Processo de Desenvolvimento**.- Maringá, PR: Uniedusul, 2022.

PEREIRA, José Matias. **Controle das Contas e Transformação da Administração Pública**. Tribunal de Contas do Ceará, 2012.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 608 p

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva. **Descentralização e Autonomia Municipal: Uma Análises das Transformações Institucionais no Federalismo Brasileiro**. Geo UERJ - nº. 23,v. 2, 2º semestre de 2012 p. 825-852.

VARELA, Patrícia Siqueira; MARTINS, Gilberto de Andrade; CORRAR, Luiz João. **Perfil dos gastos públicos versus perfil econômico-social dos municípios paulistas**. Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP, v. 3, n. 5, p. 80 - 97 jan./abr. 2009.

TAVEIRA, Adriana do Val Alves. **Descentralização e Desconcentração da Atividade Estatal**. Revista Paradigma, 2011.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade** . AATR-BA -2002.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Pesquisa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração -UFSC, 2013.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que caminharam comigo durante essa caminhada. A Deus em primeiro lugar que sempre esteve comigo nas horas mais difíceis.

Aos meus amigos que fiz durante o curso que sempre me apoiaram e que eu pude contar sempre. Fica os agradecimentos a Silvana, Tarcísio e Marcelo.

Aos meus professores que compartilharam o seu conhecimento e que eu compartilhei bons momentos na UEPB.

E principalmente a minha família, que esteve desde sempre me dando forças para lutar. Aos meus pais, Nativa e Francisco e minha Tia, Ana Lúcia, agradeço por proporcionar a base e ajudarem a me erguer em momentos difíceis.

Obrigado a todos.